

D. LUIS DA CUNHA E OS CRISTÃOS NOVOS

*ALVES, Paulo Renato de Castro**

D. Luis da Cunha, diplomata português da primeira metade do século XVIII, absorveu novas idéias nos países onde viveu, trazendo para Portugal uma visão mais iluminada das práticas sociais que estava em voga nessa época.

Segundo o pensador José Calvet Magalhães, D. Luis da Cunha foi membro de uma nobre família¹,

iniciou sua carreira como magistrado sendo nomeado, em 1686, desembargador da Relação do Porto, em 1688 desembargador extravagante da Casa de Suplicação e em 1710, quando se achava já em missão no estrangeiro, desembargador do paço e petições supranumerário. Em 1696 foi designado nosso enviado extraordinário em Londres, sucedendo ao Visconde de Fonte Arcada, tendo iniciado uma brilhante carreira de diplomata que só terminou com sua morte em Paris, em 1749. Com o Conde de Tarouca foi designado nosso embaixador plenipotenciário no Congresso de Utrecht (1710-1716) e foi nosso embaixador em Londres (1715-1719) e Madrid (1719-1720), ministro plenipotenciário em Paris (1720-1728) e Haia (1728-1736) e, finalmente, embaixador em Paris (1736-1749)².

Seu considerável prestígio pessoal e o caráter prático e lúcido das suas idéias fizeram com que seus escritos exercessem grande influência sobre muitos dos políticos que vieram a ocupar posições preeminentes na condução dos negócios públicos portugueses, como Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal) e Rodrigo Domingos de Souza Coutinho (Conde de Linhares). Algumas medidas foram preconizadas por D. Luís da Cunha tiveram repercussão nas reformas pombalinas. Destacam-se, entre tantas outras, a tolerância para com os cristãos-novos e a restrição do número de religiosos e clérigos.

No campo religioso, o diplomata alude o problema do judaísmo em Portugal com um carinho excessivo. Alguns aspectos de extrema importância têm que ser abordados para, no mínimo, ilustrar alguns problemas. Primeiramente, os aspectos são os seguintes: emigração dos judeus e cristãos-novos, iniciada no reinado de D.

* Mestrando em História das Idéias e das Instituições pela Universidade Estadual de Maringá

¹ D. Luis da Cunha nasceu em 25/01/1668 e faleceu em 25/01/1749, “filho de D. António Álvares da Cunha, trinchante do Rei, e de D. Maria Manuel. Por seu pai era neto de D. Lourenço da Cunha, que serviu na Índia; sobrinho neto do famoso Arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha; e bisneto de D. Pero da Cunha, capital-general de Lisboa, que se bateu ao lado do Prior de Crato na Batalha de Alcântara, e foi encerrado pelos espanhóis na Torre de Belém, onde faleceu. Por sua mãe, era sobrinho do famoso Conde de Vila Flor, D. Sancho Manuel, vencedor das batalhas das linhas de Elvas e do Ameixial; e sobrinho-neto de Manuel Severim de Faria.” MAGALHÃES, José Calvet - **História do pensamento econômico de Portugal (da Idade Média ao Mercantilismo)**. Coimbra, 1967, p. 304

² MAGALHÃES, José Calvet - **História do pensamento econômico de Portugal (da Idade Média ao Mercantilismo)**. Coimbra, 1967, p. 304-305.

Manuel; a riqueza de que os judeus portugueses dispunham; e a influência que estes judeus exerceram no exterior.

O rei D. Manuel decretou a expulsão dos judeus de Portugal em 24 de dezembro de 1496. Ordenou que todos os judeus e mouros que recusassem o batismo deveriam sair do reino até outubro de 1497, sob pena de confisco e morte. Poderiam levar seus bens, e o rei lhes disponibilizava navios para saírem por três portos. A partir deste decreto, a vida dos judeus começou a sofrer várias mudanças. Em abril de 1497, o Rei ordenou que os filhos dos judeus fossem arrancados de suas famílias para receber a educação da fé cristã. Ainda antes de outubro desse mesmo ano (ultimato para a saída dos judeus), o monarca deixou apenas o porto de Lisboa para eles saírem, coagindo-os, desta forma, à conversão ao catolicismo (ao invés da fuga de Portugal).

Um ano e meio depois do decreto de expulsão, os alvarás de 21 e 22 de abril de 1499 estabeleceram diversas medidas destinadas a evitar a saída do país dos cristãos-novos e dos seus bens. Primeiramente, nenhuma pessoa poderia fazer qualquer operação de câmbio com os cristãos-novos, sob pena de confisco dos bens. Outro ponto importante foi que nenhum cristão-novo convertido depois de 1497 poderia sair do reino sem licença especial, podendo se ausentar apenas por causa de negócios e administração, porém sem mulheres nem filhos. Estas disposições indicavam a preocupação real com a saída dos bens do reino, o que nos leva a crer que o volume não era desprezível.

D. Manuel, em 1515, pediu a seu embaixador em Roma, D. Miguel da Silva, que solicitasse ao papa autorização para instituir uma “Inquisição” em Portugal para averiguar a pureza da fé dos convertidos. Não havendo resultados, em 1531 o novo rei, D. João III, exigiu de seu embaixador, Dr. Braz Neto, que renovasse o pedido à cúria romana. Após cinco anos de negociações, finalmente, em 23 de maio de 1536, o Papa Paulo III autorizou o estabelecimento da Inquisição em Portugal, pela Bula *Cum ad nil magis*. O edito de 20 de outubro de 1536 tornou pública a Bula em Portugal, porém não permitiu que os cristãos-novos fossem acusados por atos anteriores a 12 de outubro de 1535.

As disposições da Bula, porém, não foram consideradas satisfatórias para D. João III e para os cristãos-novos, que as criticavam como arbitrariedades cometidas pelo Santo Ofício. Desta forma, pelo Breve de 22 de setembro de 1544, o Papa Paulo III suspendeu a execução das sentenças da Inquisição, o que provocou forte reação do

monarca português, que acabou ordenando que fosse expulso do reino o núncio apostólico.

Após esse conflito e laboriosas negociações entre a corte portuguesa e a cúria romana, finalmente, em 16 de julho de 1547, saiu a Bula *Meditalis cordis*, restabelecendo os poderes inquisitoriais em Portugal. Por vários diplomas pontifícios, o Papa procurou aliviar os efeitos da Bula, destacando-se:

“absolvição das penas e excomuniões incorridos os cristãos-novos ou outros indivíduos que tivessem delinqüido contra a fé, soltando-os e restituindo-lhes os bens confiscados e as honras e dignidades que desfrutavam (breve *Illius qui misericors*, de 11 de maio de 1547); advertindo o Inquisidor-mor, Cardeal Infante D. Henrique, para que usasse do Santo Ofício com brandura (breve *Cum serenissimum*); advertindo igualmente o rei para que recomendasse brandura aos Inquisidores (breve *Licet* de 15 de novembro de 1547).”³

Estas novas disposições não agradaram ao Inquisidor-mor Cardeal D. Henrique, que protestou junto ao rei, seu irmão, contra o perdão geral e outras disposições; entretanto, o perdão foi proclamado em 10 de junho de 1548.

No reinado de D. Sebastião novas medidas restritivas da saída dos cristãos-novos foram criadas. O Cardeal D. Henrique, quando ascendeu ao trono, voltou a autorizar a saída dos cristãos-novos, mas a saída em massa de cristãos-novos causava prejuízos materiais, por isso, durante a União Ibérica foram introduzidas novamente medidas restritivas. Por volta de 1586, o Arquiduque Alberto, Governador do Reino e Inquisidor-mor, proibiu novamente a saída dos cristãos-novos de Portugal. Estes apelaram para Filipe III (que reinou entre 1598 e 1621) contra a dureza da lei. O monarca castelhano assinou um “contrato” com os cristãos-novos mediante o pagamento de 200 mil ducados, revogando a proibição; porém em pouco tempo o contrato foi deixado de lado.

Durante a administração de Filipe IV, em Portugal, os cristãos-novos, obtiveram um indulto com isenção de penhoras e seqüestro dos seus bens em agosto de 1627, pelo que pagaram à coroa a importância de 1 milhão e quinhentos mil cruzados. Dois anos depois, em novembro de 1629, “por ajustes secretos certamente muito caros obtinham a liberdade de sair do reino e de vender suas propriedades”⁴. Os monarcas castelhanos negociaram repetidas vezes e por largas somas de dinheiro a

³MAGALHÃES, José Calvet - **História do pensamento econômico de Portugal (da Idade Média ao Mercantilismo)**. Coimbra, 1967, p. 438-439.

⁴VELLOSO, Queiroz. **História Política**, cap. XVII: *A dominação filipina* in *História de Portugal* cit., vol. V, pág. 259.

faculdade dos cristãos-novos de abandonarem Portugal ou serem protegidos das inclemências da Inquisição.

Com a restauração, os cristão-novos tiveram a esperança de um novo espírito de tolerância religiosa, talvez por considerar que os Duques de Bragança tinham sido usufrutuários da judiaria de Lisboa; entretanto, a intimidade dos judeus com os Braganças não foi suficiente para proteger os cristãos-novos das ações do Santo Ofício.

Observamos, através dos empréstimos concedidos aos reis portugueses e espanhóis, na época da União Ibérica, que os cristãos-novos detinham grandes fortunas; por isso, foram constantes as tentativas de impedir que esses homens saíssem do reino com seus bens. Não obstante, muitos cristãos-novos saíram do reino levando grande parte dos seus valores materiais. Grande parte dos bens de que dispunham eram de natureza móvel, o que facilitou sua saída, pois se mostravam extremamente hábeis nas transferências de bens de um país para o outro, mesmo com as interdições dos Estados. O fato de existirem comunidades e famílias judaicas nos grandes centros europeus facilitava essa tarefa. Isso nos leva a entender que as sucessivas leis restringindo a saída dos judeus e de seus bens são evidentes testemunhos da importância dos valores dos capitais de que eles dispunham.

As famílias judaicas portuguesas que saíram de Portugal levaram consideráveis riquezas para o estrangeiro. Sabemos, por exemplo, que estes entraram com grandes somas de dinheiro para as companhias de comércio holandesas. Como acionistas das companhias, não exerciam nenhuma influência direta na administração. Em 1655, quando os portugueses expulsaram os holandeses do Brasil, estes aportaram em New Amsterdam (atualmente, Nova Iorque) com um barco cheio de portugueses judeus.

O Governador de New Amsterdam, o famoso Peter Stuyvesant, não permitiu o desembarque dos judeus, mas teve de ceder perante uma carta dos diretores da Companhia ordenando-lhe que autorizasse os judeus a residir e a comercializar nas possessões da Companhia (entre as quais se contavam New Amsterdam) por causa dos consideráveis capitais que tinham investidos em ações da Companhia: ‘...because of the large amount of capital which they have invested in shares in this Company’.⁵

Percebemos que, se por um lado os monarcas portugueses pretendiam expulsar os judeus por motivo religioso, por outro, receavam os prejuízos econômicos

⁵MAGALHÃES, José Calvet - **História do pensamento econômico de Portugal (da Idade Média ao Mercantilismo)**. Coimbra, 1967, p. 451. – Sombart, *ob. Cit.*, pág. 61. A carta é de 26 de Abril de 1655 e figura nos *Documents relating to the Colonial History of New York*, XVI, pág.315.

da saída em massa dos seus domínios. Assim, os interesses materiais estavam na base do conflito com os interesses espirituais, que envenenou durante séculos toda a questão judaica. D. Luís da Cunha observou perfeitamente o problema de conciliar os interesses espirituais da religião com os interesses materiais da nação, deixando-nos as seguintes palavras sobre o assunto: “Vi também papéis, assaz longos, em que se apontam os meios para extinguir em Portugal o judaísmo, mas não vi algum em que se tratasse de acordar a utilidade temporal do reino com a espiritual da religião que é todo o meu objeto.”⁶

Para o diplomata, a Santa Inquisição, além do despovoamento do reino, causava outros três problemas para Portugal: 1º - multiplicação dos judeus; 2º - destruição da manufatura e do comércio; e 3º - prejuízo à reputação do país no estrangeiro.

Sobre o primeiro problema, D. Luis da Cunha demonstra que a Santa Inquisição multiplicava o número de cristãos-novos ao invés de diminuí-lo. As razões desta multiplicação dos adeptos do judaísmo era resultado do sistema de testemunhas secretas. Para evitar serem consideradas como suspeitas, as próprias testemunhas acusavam várias pessoas de suas relações. Por outro lado, os que eram “notados de descendentes de hebreus procuravam, para se lavarem de semelhante nódoa, entrar nas famílias que a não têm, e assim se vão multiplicando e multiplicarão infinitamente”.⁷

O segundo problema mostra que a Santa Inquisição foi, em boa parte, uma das principais causas da destruição da nascente manufatura e do comércio do país, pois perseguia os cristãos-novos, que eram o sustentáculo de ambos. D. Luís da Cunha, no seu “Testamento Político”, faz a D. José o seguinte comentário a este respeito:

“E se Vossa Alteza perguntar a causa dessa dissolução, não sei se alguma pessoa se atreverá a dizer-lhe com a liberdade que eu terei a honra de fazê-lo; e vem a ser que a Inquisição prendendo uns por crime de judaísmo e fazendo fugir outros para fora do reino com seus cabedais, por temerem que lhos confiscassem, se fossem presos, foi preciso que tais manufaturas caíssem, porque os chamados cristão-novos as sustentavam e os seus obreiros, que nelas trabalhavam, eram em grande número, foi necessário que se

⁶CUNHA, D. Luis - **Testamento Político**. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1976. p. 77.

⁷CUNHA, D. Luis - **Instruções Inéditas de D. Luis da Cunha a Marco António de Azevedo Coutinho**. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929. p. 76.

espalhassem e fossem viver em outras partes e tomassem outros ofícios para ganharem o seu pão, porque ninguém se quer deixar morrer de fome.”⁸

O terceiro e último problema citado pelo diplomata diz respeito à reputação de Portugal no estrangeiro. Referindo-se ao longo período em que fora representante português em cortes estrangeiras, escreveu que “depois de haver assistido tantos anos na Inglaterra, Holanda e França observei o mal que a todos os respeitos fazia a Portugal o procedimento da Inquisição contra os judeus.”⁹

O diplomata era defensor de apenas existir em Portugal cristãos e judeus. Assim, ele buscou alguns meios para extinguir o nome de cristão-novo. Ele observou que, primeiramente, seria necessário subtrair as atribuições inquisitoriais do clero e repassá-las ao juízo secular.

O objeto desta lei (lei do liv. 5., tit. 1º, § 4º) não foi somente de castigar o crime de apostasia, que já se sabe ser de morte, mas também prescrever que o conhecimento deste detestável delito pertencia ao juízo secular, dando logo a razão, porque se não duvida do erro da fé. Poderia vir em questão se pertencia também ao mesmo juízo secular conhecer do que fosse acusado de ter abraçado qualquer outra seita, pois parece que assim o dispõe a dita lei, mas não entrarei nesta disputa, que me apartaria muito do meu assunto. Digo somente que da execução desta lei se seguiriam muitos benefícios.¹⁰

O primeiro benefício seria o desaparecimento dos cristãos-novos; o segundo seria a dispensa dos autos de fé (festa – ritual da Inquisição); e o terceiro, a abolição da exposição dos retratos dos que falecia, lançando-os no esquecimento.

Se o monarca não aceitasse retirar esta jurisdição da Inquisição, seria necessário que os acusados tivessem acesso a informações sobre o delito que houvessem cometido, sabendo o local e a hora, para que pudessem se defender.

O segundo meio, então, seria ratificar a lei de extermínio para os cristãos-novos convictos do judaísmo que não saíssem do reino em dois meses. “A pena do extermínio começou com o mundo, como se fosse a maior, visto que Deus exterminou Adão do paraíso. Que acabava de fazer com suas próprias mãos, e era a sua pátria, porque lhe desobedeceu.”¹¹ Tal medida levaria os cristãos-novos a recear a expulsão, o que os impedia de recair no judaísmo, pelo menos exteriormente.

⁸CUNHA, D. Luis - **Testamento Político**. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1976. p.64.

⁹CUNHA, D. Luis - **Instruções Inéditas de D. Luis da Cunha a Marco António de Azevedo Coutinho**. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929. p.76-77.

¹⁰CUNHA, D. Luis - **Testamento Político**. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1976. p. 78-79.

¹¹CUNHA, D. Luis - **Testamento Político**. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1976. p.81.

O terceiro meio seria que os julgamentos dos crimes de judaísmo ocorressem publicamente e com a divulgação dos nomes das testemunhas, da mesma forma como se fazia no julgamento de qualquer outro criminoso.

E é ridícula a razão que dá o Conde de Ericeira, na resposta que fez ao padre António Vieira, dizendo que a singularidade das testemunhas faz prova no crime de lesa Majestade Humana, com maior fundamento e deve fazer no crime de lesa Majestade Divina, como se pudesse fazer argumento de uma para outra, quando na primeira concorre a vida do príncipe e a segurança do Estado, e na segunda só se trata da ofensa de Deus, que é todo misericordioso; todos sabem a regra geral, de que é melhor absolver o culpado, que castigar o inocente; e a razão é clara, porque o culpado pode-se emendar e a morte do inocente não tem emenda.¹²

O quarto modo para se extinguir esse nome seria invalidar casamentos de cristãos-novos e cristãos-velhos, decretando a bastardia dos seus filhos.

O quinto modo seria abolir as confiscações dos bens dos cristãos-novos em favor da Coroa. De acordo com o diplomata, deveria haver um castigo que não arruinasse as casas dos réus, pois estas sustentavam o comércio do reino.

E assim, fazia restituir aos filhos inocentes os bens dos pais culpados, e seria uma lastimosa curiosidade querer examinar duas coisas, a primeira, o número das casas de comércio que se perderam, depois que o rei D. João III admitiu em Portugal a Inquisição; a segunda o proveito que a coroa delas tem recebido e se achará que das primeiras é infinito e que a coroa não tem utilizado coisa alguma, antes o senhor rei D. João IV, querendo servir-se de algum dinheiro do fisco, se lhe respondeu que nele não havia nenhum vintém.¹³

D. Luís da Cunha complementou esta idéia com o exemplo da tragédia que seria a ação da Inquisição nos engenhos do Brasil, pois enfraqueceria o principal mercado da colônia.

Enfim, depois que a Inquisição descobriu no Rio de Janeiro a mina de judeus, e se lhes confiscaram os bens, de que os principais eram os engenhos de açúcar, que se perdiam, foi preciso que S. Majestade ordenasse que os ditos engenhos não fossem confiscados, vendo o grande prejuízo que se fazia ao comércio deste importante gênero.¹⁴

Outro prejuízo ligado aos confiscos estava relacionado ao medo que tinham os estrangeiros, donos de quase todas as casas de comércio, de enviar dinheiro para Portugal. Capitais que poderiam circular no comércio do reino destinavam-se a outros países, onde encontravam liberdade religiosa.

O sexto e último meio para acabar com o nome de cristão-novo seria dar liberdade aos judeus para cultuar sua religião, cedendo-lhes dois guetos, um em Lisboa

¹²CUNHA, D. Luis - **Testamento Político**. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1976. p.83-84.

¹³CUNHA, D. Luis - **Testamento Político**. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1976. p.86.

¹⁴CUNHA, D. Luis - **Testamento Político**. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1976. p.87.

e outro na cidade do Porto. Esta proposta foi feita pelo diplomata após observar que estes dois guetos haviam sido criados em Roma. A criação de uma sinagoga em Lisboa para judeus não batizados - por consequência, estrangeira - era uma necessidade. D. Luís da Cunha considera que esta última proposta não ofenderia a Igreja Católica, pois estes judeus nunca haviam sido convertidos nem contrariavam nenhuma lei do reino.

As vantagens que resultariam desta última medida seriam múltiplas: os judeus, não podendo aceder a lugares públicos, dedicar-se-iam ao comércio, com vantagem para o Estado; não empregariam o seu dinheiro na compra de terras nem tampouco o guardariam a um canto do cofre, antes o empregariam como é seu hábito, em fundos públicos e fá-lo-iam girar para ganharem seus interesses; trabalhariam por enriquecer desenvolvendo as manufaturas e seriam os melhores administradores e contratantes para os fornecimentos e arrendamentos do Estado.¹⁵

O diplomata propõe garantir aos cristãos-novos a liberdade de consciência, dando-lhes perdão geral pelos delitos religiosos do passado. Essa proposta visava, no fundo, acabar com os cristãos-novos sem usar métodos inquisitoriais, visto que, se no futuro algum judeu viesse a converter-se livremente ao cristianismo e depois prevaricasse, seria condenado ao fogo, não pela Inquisição, mas, como foi visto, pelo tribunal secular. Assim, seria possível a coexistência de cristãos e judeus em Portugal.

Era importante ainda possibilitar àqueles que, por quatro gerações, não tivesse na história da família alguma prática de atos judaicos, exercer todos os cargos públicos da Monarquia.

Ajuntarei ao referido que todo o judeu ou judia, que casasse com cristão-velho, ou reputado por tal, e vice-versa, seriam no juízo secular condenados à morte, o que não aconteceria, porque a lei dos judeus lhe defende a comunicação com o cristão-velho ou gentio, como eles nos chamam por desprezo, assim como nós por desprezo lhes chamamos de judeus.¹⁶

Em resumo, D. Luis da Cunha mostra a discussão em relação a dicotomia espiritual e temporal. Identifica os males que o Tribunal do Santo Ofício traz ao reino português e busca a partir dessa perspectiva extinguir o nome de cristão-novo sem usar os métodos inquisitoriais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹⁵MAGALHÃES, José Calvet - **História do pensamento econômico de Portugal: da Idade Média ao Mercantilismo**. Coimbra, 1967, p. 319-320.

¹⁶CUNHA, D. Luis - **Testamento Político**. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1976. p.89.

- ANDERSON, Perry - **Linhagens do Estado Absolutista**. Ed. Brasiliense, 1985.
- CUNHA, D. Luis - **Instruções Inéditas de D. Luis da Cunha a Marco António de Azevedo Coutinho**. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929.
- CUNHA, D. Luis - **Testamento Político**. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1976.
- LIST, George Friedrich - **Sistema Nacional de Economia Política**. São Paulo, Abril Cultural, 1986.
- MAGALHÃES, José Calvet - **História do pensamento econômico de Portugal (da Idade Média ao Mercantilismo)**. Coimbra, 1967.
- MENDES Jr., Antonio e outros. **Brasil história: texto e consulta**. 6. ed. São Paulo, Hucitec, 1991. v.1.
- VELLOSO, Queiroz. História Política, cap. XVII: *A dominação filipina*. IN: **História de Portugal**. Cit., vol. V, p.259.
- WEBBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. São Paulo, 1983.